

**FUNDO PLÍNIO SALGADO: UM NOVO OLHAR SOBRE O ARQUIVO PESSOAL
DO LÍDER INTEGRALISTA (1895-1975)**

TALITA GOUVÊA BASSO*

Nos últimos tempos, sem precisão de uma data específica, tornou-se frequente a divulgação da existência de acervos pertencentes a notáveis cidadãos do nosso país, que tendo recebido tratamento técnico encontram-se disponíveis para serem consultados em instituição que os custodiam. Por vezes, constituídos por rascunhos de reflexões não concluídas, correspondência administrativa ou cartas dotadas de emoção, tíquetes de passagens, livros com anotações no canto da página, notas de pagamento por algum serviço solicitado, cartões postais, fotografias, além de preciosos diários da juventude, os arquivos pessoais¹ ganham uma efêmera notoriedade, que faz aguçar a curiosidade sobre esses documentos.

Com a intenção de enaltecer a figura de determinado titular, as notícias veiculadas pelos meios de comunicação não se preocupam em esclarecer para o cidadão comum, que esta ação não está relacionada a uma única atividade ou posição social. Trata-se de uma característica de todos nós, uma vez que assim fazemos, porque temos a necessidade de arquivar documentos, seja em razão da funcionalidade para a qual foram produzidos, ou outras de foro íntimo.

Durante o processo de arquivamento dos nossos documentos é natural que se faça uma seleção dos mesmos, e com isso elejam-se uns em detrimento de outros; o que nos leva a fazer um acordo com a realidade, e ora omitindo, ora destacando certas passagens da nossa vida. Ação que ocorre infinitas vezes, sobretudo, porque as nossas intenções mudam não apenas em função de fatores pessoais, mas também externos.

Ao refletir sobre o significado desse modo de agir que remonta desde o século XIX, mas que sistematicamente, impõem-se quase como uma obrigação no século XX, o estudioso Philippe Artières apresenta afirmações que corroboram para as discussões aqui empreendidas, principalmente porque considera que,

* Pós-graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), analista de gestão documental do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC-SP).

¹ Para a reflexão que ora pretendemos desenvolver, utilizaremos o termo arquivo de acordo com a definição expressa pelo Dicionário Brasileiro de Arquivologia, que o concebe como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 27).

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. Sempre arquivamos nossas vidas em função de um futuro leitor autorizado ou não. Prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes tem uma função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte. (ARTIÈRES, 1998: 31-32)

Observa-se que entre os homens públicos, a organização de seus respectivos arquivos pessoais tornou-se uma preocupação latente, uma vez mais porque o consideram como elemento indispensável para salvaguardar (senão plenamente) muito da imagem que buscaram construir na esfera de atuação profissional. Quanto ao profundo desejo dos titulares, de que o material seja utilizado como fonte para futuros interessados em conhecer a sua história – como tão bem observou Artières–, e o contexto da sua época, devemos lembrar que em termos acadêmicos eles só foram reconhecidos a partir dos anos de 1970.

Para compreendermos esse fato é preciso considerar que as mudanças ocorridas no campo historiográfico a partir da década de 1970 significaram para os historiadores a reformulação em seus estudos, bem como a renovação temática e metodológica da disciplina; o que gerou um movimento de busca e/ou recuperação de “outras histórias”, com a ampliação e a descoberta de temas, agentes, espaços, tempos e fontes antes negligenciados pela historiografia.

Os arquivos pessoais que até então eram utilizados apenas pelos historiadores das artes, passaram a ser vistos sob novas perspectivas de abordagem. Para a historiadora Ângela de Castro Gomes, a descoberta desses arquivos, justifica-se na medida em que a associamos à revalorização do indivíduo na história e à revalorização da lógica de suas ações; porém adverte, que “não apenas a história cultural está no centro dessa transformação, mas igualmente uma ‘nova’ história política e uma ‘nova’ história social” (GOMES, 1998: 121). Situação que afirma ter observado no país, quando se refere à constituição do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na Fundação Getúlio Vargas, e do Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp – o primeiro destinado a guardar os papéis privados de homens públicos da política brasileira do pós 1930, e o segundo a documentação de expressivas lideranças do movimento sindical.

Os arquivos pessoais, no entanto, não devem ser considerados como fonte de uso exclusivo dos historiadores, mas ao contrário, por serem interdisciplinares eles possibilitam

infinitas abordagens e olhares, tanto pelos sociólogos, os antropólogos, os arquivistas, como também, pelos literatos, os jornalistas, os juristas, entre outros. Segundo a interpretação da arquivista Heloísa Liberalli Bellotto, esse é um campo aberto para todos os profissionais que têm condições e oportunidades de realizar uma “espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e à razão de ser de ações e atitudes suas das quais, de outro modo, só se conheceria a finalização” (BELLOTTO, 1998: 201).

O fascínio exercido pelos documentos pessoais é algo inegável para pesquisadores que assumem o compromisso de trabalhar com fontes dessa natureza, principalmente se o titular do arquivo apresenta-se como alguém de notória expressão política, social ou literária. Contudo, convém advertir para o que Gomes considera ser uma espécie de “feitiço” dos arquivos pessoais, uma vez que,

Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma ‘verdadeira’: aí ele se mostraria ‘de fato’, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros. (...) Para o historiador, um prato cheio e quente. E acredito que, para ser degustado com o prazer que pode proporcionar, os historiadores devem se municiar dos nada novos procedimentos de crítica às fontes, guarnecidos com escolhas teóricas e metodológicas capazes de filtrar o calor.(GOMES, 1998: 125)

Analisando de maneira mais aprofundada e crítica à constituição desses conjuntos documentais de ordem pessoal, a pesquisadora do CPDOC, Luciana Quillet Heymann contesta a associação natural que é feita entre o arquivo pessoal como sendo a memória individual do titular na sua forma mais concreta, sobretudo, porque compreende que nem sempre o arquivo é resultado de uma seleção estabelecida definitivamente pelo seu titular quanto ao que preservar e de que maneira preservar; e mais, que durante o processo de organização, o titular nem sempre é o único envolvido nessa tarefa, especialmente, quando isso ocorre após a sua morte e, portanto, conta com a intervenção (quando há) de secretários, de herdeiros, e finalmente, do arquivista, caso o acervo seja doado a uma instituição.

Nesse sentido, Heymann é categórica ao afirmar que os arquivos pessoais se constituem a partir de um processo sociológico, cuja recuperação dar-se-á, na medida em que,

O trabalho com arquivos pessoais tem que levar em conta o caráter arbitrário da configuração de cada um desses conjuntos, dada a independência e variedade das situações em que são gerados e acumulados os diversos documentos que os compõem, além das múltiplas interferências a que estão sujeitos. (HEYMANN, 1997: 45)

Por reconhecer essa e outras problemáticas envolvidas na organização dos arquivos pessoais, a professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Ana Maria de Almeida Camargo, defende que durante o processo de remontagem da “estrutura” originária desse material, o profissional tem por dever descartar os esquemas de ordenação a que foram submetidos os documentos por vontade de seu titular e/ou de outros ligados a ele. Ao serem avaliados e considerados de caráter permanente, os documentos adquirem valor secundário, que diferente daquele que os originou – dito de valor primário, e que possivelmente serviu para orientar a primeira ordenação que atendia aos interesses do titular –, este outro valor será válido para efeitos de pesquisa histórica e testemunho sócio cultural e, portanto, implicará num circuito mais abrangente de usuários, quando o arquivo estiver disponível para consulta.

No que se refere às etapas que antecedem o acesso do grande público aos arquivos pessoais sob a guarda de uma instituição, cabe destacar a opinião bastante pertinente de Camargo, quanto à sua classificação

Se a classificação por fundos é uma operação relativamente clara para os arquivos de instituições, o mesmo não ocorre com os arquivos pessoais, cujas partes não dispõem de limites definidos e cujas funções não vêm descritas por nenhuma autoridade, nem conhecem dimensão de hierarquia ou de especialização (ao menos de forma explícita). A reconstituição da organicidade de tais arquivos, num processo de descrição coerente com o princípio de proveniência, encontra paralelo em certas instituições pouco burocratizadas e com jurisdição imprecisa, onde é preciso estabelecer, a partir de uma perspectiva funcional mediante estudos prévios, as áreas de ação e as atividades que redundam em produção de documentos. (CAMARGO, 1988: 22)

Uma análise mais atenta nos permite observar que a autora defende uma compreensão específica acerca da organização de arquivos pessoais, principalmente, quando comparamos à metodologia desenvolvida pelo CPDOC nos anos de 1980 – tão largamente adotada por diferentes instituições que possuem em seu acervo conjuntos documentais dessa natureza.

Ao privilegiar em sua proposta de arranjo a busca pelo contexto da documentação a partir da restituição dos documentos ao seu contexto de origem, a pesquisadora rompe com a ideia de um quadro baseado estritamente nas séries tipológicas que compõe os arquivos pessoais, ao mesmo tempo, que sustenta a necessidade de um estudo mais cuidadoso da história de acumulação desse material, para que seja possível a identificação dos eventos e das atividades que constituíram a vida do titular e, posteriormente, estes servirem de elementos norteadores na elaboração do instrumento descritivo.

Convém esclarecer que tal proposta não exclui a ordenação por séries, apenas tem por

objetivo maior recuperar a contextualização dos documentos produzidos, coroada com uma descrição que evidencie sistematicamente as relações intrínsecas presentes na documentação, como podemos concluir pelas próprias palavras de Camargo

Nada impedi, no entanto, que a seriação estabelecida, sobretudo quando atende a razões tipológicas e leva em conta formato e acondicionamento - é o caso de fotografias, recortes de jornais, discos, medalhas e mesmo correspondência, para citar apenas alguns exemplos - seja mantida a nível de disposição física do acervo. O instrumento descritivo é que vai fragmentar as séries, dispondo-as de acordo com o contexto em que foram produzidas, num processo bastante semelhante ao da criação de dossiês (uma das modalidades típicas, aliás, dos arquivos pessoais). [...] nessa proposta de descrição os documentos são devolvidos, de modo natural, aos conjuntos de que fazem parte, podendo ser nomeados a partir de critérios predominantemente tipológicos. (CAMARGO, 1988: 24)

Exemplo concreto dessa metodologia de organização dos arquivos pessoais, o Fundo Plínio Salgado (FPS), apresenta-se como resultado da experiência da própria Camargo à frente do Arquivo de Rio Claro durante a década de 1980. Objeto de estudo e análise desde a sua doação, o arquivo pessoal do político e escritor Plínio Salgado, conta com um inventário que recupera as relações orgânicas entre os documentos, norteado pela ideia da contextualização dos mesmos.

A fim de compreendermos melhor essa prática, será apresentada a partir desse ponto uma breve análise da estrutura do FPS, buscando identificar além dos aspectos positivos do atual instrumento de pesquisa oferecido aos consulentes, a possibilidade de elaboração de outro instrumento que evidencie a potencialidade de determinados documentos, ora pouco explorados.

Fundo Plínio Salgado: do titular à sua organização

Brasil, década de 1930. Incertezas e conflitos ideológicos marcaram o cenário político desse período da história do nosso país, que se iniciou com uma revolução para por fim a uma estrutura republicana constituída desde 1889, e que expressivamente defendia os interesses de poderosas oligarquias.

A posse de Getúlio Vargas à Presidência da República, em novembro de 1930, decorreu de uma conjunção de fatores, que dentre os quais podemos destacar a diversidade de forças partidárias oposicionistas que se reuniram em torno da Aliança Liberal contra a hegemonia oligárquica. Uma vez no poder, Vargas não correspondeu às expectativas para as quais fora nomeado, haja vista, que o novo governo além de possibilitar um rearranjo no

próprio seio da oligarquia dominante, revelou-se com o passar dos anos, e o golpe em 1937, extremamente centralizador, tanto das decisões econômico financeiro quanto das de natureza política.

Sob esse clima de efervescência e disputas no campo político, emergiram-se projetos radicais e mobilizastes que buscavam envolver a sociedade com a idéia de mudanças. As principais propostas deste tipo foram defendidas pela Aliança Nacional Liberal (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), que segundo os historiadores Marcos Chor Maio e Roney Cytrynowicz, apresentaram-se como movimentos que tinham críticas profundas aos preceitos liberais da República Velha e também dos descaminhos da Revolução de 1930.

No que se refere à AIB, devemos considerar que a sua formação foi resultado da união de pequenos grupos e partidos de extrema direita do Brasil, que através do “Manifesto de Outubro de 1932”, definiam-se como “uma força capaz de trazer a ordem social ao país, combatendo, de um lado, o liberalismo vindo de fora, a estrutura liberal interna e, por outro lado, o comunismo” (OLIVEIRA, 2004: 59).

Tendo sido um dos primeiros partidos com implantação nacional, a AIB conquistou ao longo de seis anos de sua existência um expressivo número de adeptos, desde as camadas mais populares, perpassando pelas classes médias urbanas, até entre os intelectuais que discutiam os destinos do país. Fato que podemos verificar, quando analisamos a repercussão que o movimento obteve depois do I Congresso Nacional, realizado na cidade de Vitória (ES), em 1934. Nesse evento, convém salientar que a estrutura organizacional do partido e os seus estatutos foram definidos, além da eleição de Plínio Salgado como chefe supremo e perpétuo – posição na qual permaneceu até o ano de 1938, quando então o partido foi posto na ilegalidade e alguns dos seus membros presos, o que inclui o próprio Salgado, que depois viveu exilado em Portugal até o ano de 1945.

Objeto de estudo das Ciências Humanas desde a década de 1960-70², o movimento

² Entre os trabalhos historiográficos dedicados a essa temática, destacam-se o de Gilberto Vasconcellos, intitulado “A ideologia curupira: análise do discurso integralista” (1977); o de José Chasin, “O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio” (1978); o de Marilena Chauí, “Apontamentos para uma crítica da razão integralista” (1978); e, por fim, o trabalho de Héliogio Trindade, intitulado “Integralismo: fascismo brasileiro na década de 30” (1974), que se apresenta como o mais completo e compreensivo estudo sobre o tema, segundo o pesquisador Roney Cytrynowicz. Já mais recentemente, podemos destacar os trabalhos de Fábio Bertonha, intitulado “A máquina simbólica do integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30” (1992); o de Castro Caldeira, “Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)” e o de Rosa Maria Feiteiro Cavalari, intitulado “Integralismo: ideologia e organização de um movimento de massa no Brasil (1932-1937)”, estes últimos, do ano 1999. A relação poderia ficar mais extensa, caso incluíssemos também, a coletânea de textos publicada pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP), como resultado do I Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo, realizado em 2004. Para o pesquisador Edgar Bruno Franke Serrato é durante a década de

integralista é considerado um campo aberto para a pesquisa ainda nos dias de hoje, na medida em que observamos a existência de um grupo de estudos, que no ano de 2013, organizou o V Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo, na Universidade de São Paulo (USP-SP).

A diversidade de pesquisas realizadas sobre o assunto deve-se, sobretudo, à riqueza de fontes primárias com as quais os historiadores têm contato. Muita documentação foi produzida pelo movimento integralista, seja através dos periódicos – como “A Ofensiva” (1934-1938), “O Aço Verde” (1935), “Acção” (1931-1938), “Revista Anauê” (1935-1937) –, do material de propaganda político partidária, ou das atas correspondentes aos núcleos AIB de diversos municípios brasileiros. Outras fontes que não devem ser esquecidas são aquelas referentes aos intelectuais que exerceram liderança sobre o movimento. Nesse sentido, destacam-se as figuras de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, que resguardada as diferenças e conflitos existentes entre eles, tiveram expressão política e cultural para além da década de 1930.

Considerado um “arquivista nato”³, muito em razão do cuidado que tinha para organizar a documentação produzida e/ou recebida por ele e pelo grupo que representava, Plínio Salgado destacou-se como participante dos debates intelectuais e políticos do país, já na década de 1920. Como escritor e jornalista foi responsável pela publicação de várias obras literárias e artigos, que salvaguardada a visão de mundo do autor, fazem referência ao contexto político e social de um período da história do Brasil.

Durante o seu exílio em Portugal, entre os anos de 1939 e 1945, Salgado não deixou de se corresponder com familiares e amigos, tendo, portanto, acumulado um vasto número de correspondência. Em território luso, participou de várias conferências organizadas na maioria das vezes por entidades católicas – o que não poderia ser diferente, porque se declarava muito religioso, e as suas obras sobre o tema ganhavam repercussão na imprensa escrita.⁴ Convém destacar também, que quando convidado o mesmo concedia entrevistas e escrevia para os

1990, “que os estudos sobre o Integralismo deixam de contemplar somente os aspectos autoritários e/ou fascistas da AIB e passam a contemplar as suas especificidades, como a relação do Integralismo com os imigrantes, com o meio militar, a participação das mulheres” (SERRATO, 2007: 6), enfim, passa-se a apresentar um panorama mais difuso em relação àquele de outrora.

³ Expressão corriqueiramente utilizada pelos funcionários do Arquivo de Rio Claro para destacar a organização com que Plínio Salgado conservava sua documentação.

⁴ Entre as obras, “Vida de Jesus” (1943) foi comentada por vários periódicos lusos, como: Diário de Lisboa; O Trabalhador; A Voz; O Século; Novidades; Jornal de Notícias; Diário da Manhã; A Defesa; Folha do Domingo. O mesmo destaque também foi dado para a conferência “A aliança do sim e do não”, realizada no dia 25 de abril de 1944, no Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa; e para “O Mistério da Ceia”, palestra transmitida pela Emissora Nacional, em 6 de abril de 1944, em virtude das comemorações organizadas para a semana santa.

jornais locais, que a priori pareciam compartilhar das idéias por ele defendidas.

Devido à volumosa documentação gerada e acumulada por Plínio Salgado ao longo de sua vida (1895-1975), um fundo com o seu nome foi organizado pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP), logo após a doação do material pela viúva, Carmela Patti Salgado, no ano de 1985. A concentração prévia de arquivo sobre o tema do Integralismo, em decorrência das doações feitas por ex-integrantes do movimento residentes na cidade, somada aos laços de amizade e a credibilidade dessa Instituição, determinaram a transferência da documentação acumulada pelo chefe integralista, principalmente, quando consideramos o fato de que outras instituições – como o CPDOC, no Rio de Janeiro, e mesmo a Casa de Plínio Salgado em São Paulo – demonstraram interesse na obtenção da sua guarda.

Elaborado a partir das diretrizes definidas, pela então superintendente Ana Maria de Almeida Camargo e sua equipe, o inventário buscou recuperar dentro de cada área – ou das subáreas criadas – as atividades do titular Plínio Salgado, bem como os eventos que participou, ordenando-os segundo o tempo cronológico sequencial.

Ao analisarmos com atenção o inventário, verificamos substancialmente a ideia defendida por Camargo, quanto à busca por contextualizar os documentos a sua origem de produção e/ou acumulação. Tal pensamento é reiterado em outros trabalhos, posteriormente realizados, e apresenta-se sintetizado na definição do que a autora considera como organização lógica do acervo

A organização lógica do acervo, na área de arquivo, é norteadada pela funcionalidade, isto é, pela identificação do elo entre os documentos e as atividades que lhes deram origem, de modo a garantir que, individual ou coletivamente, os diferentes itens que o integram possam evocar ou representar, de modo inequívoco, as circunstâncias e o contexto que justificaram sua acumulação e guarda.
(CAMARGO, 2007: 60)

Conclui-se, portanto, que a metodologia empregada na organização do Fundo Plínio Salgado, requereu uma análise bastante atenta dos documentos que o compõe, bem como uma pesquisa do titular. O resultado desse trabalho espelha-se no inventário, instrumento de pesquisa fundamental para um acervo plenamente organizado.

Catálogo: uma nova proposta de descrição

Decorrido mais de vinte anos desde a sua elaboração, o referido inventário corresponde atualmente, ao único instrumento de pesquisa capaz de garantir o acesso dos

consultantes ao Fundo Plínio Salgado. Ao trazer uma descrição sumária dos documentos que o constitui, o inventário possibilita o conhecimento das fontes que garantem aos pesquisadores o subsídio necessário para a análise e interpretação desenvolvidas em seus respectivos trabalhos.

Contudo, observa-se que determinadas séries documentais merecem uma descrição analítica, ou seja, uma representação descritiva mais cuidadosa, especialmente porque são compostas por documentos que guardam uma multiplicidade de informações e, por conseguinte, pouco evidenciadas pelo inventário; objetivo que pode ser atingido com a elaboração de outro instrumento de pesquisa, o catálogo.

Essa proposta fundamenta-se na medida em que consideramos a opinião de pesquisadores dedicados ao assunto, como é o caso do especialista André Porto Ancona Lopez, que considera que

O catálogo dará continuidade à descrição da série iniciada com o inventário, detendo-se, agora, em cada documento, respeitando ou não a ordenação destes dentro da série. O fundamental do catálogo é que ele se atenha à compreensão dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram. Só sendo possível elaborar catálogos de séries que já estejam organizadas e, preferencialmente, inventariadas. (LOPEZ, 2002: 32)

Ao avaliarmos as orientações quanto à elaboração de um catálogo, vislumbramos a possibilidade de que o mesmo possa ser elaborado para a série “Correspondência”, destaque no FPS. Evidentemente, não ignoramos o número de aproximadamente 41.000 peças, o que representa um árduo trabalho, por outro lado, também não desprezamos o fato de termos verificado a partir de consultas, que a atual classificação da correspondência mediante as áreas e subáreas do arquivo, deixa a desejar na medida em que, alguns dos documentos indicados pelo inventário não apresentam conteúdo equivalente à atividade ou evento a eles relacionado.

Para comprovarmos que é possível tal proposta, apresentamos a formatação de um *corpus* do catálogo por quadro, trazendo a correspondência referente ao ano de 1937, selecionada para exemplificação. No quadro vemos indicadas as seguintes informações a serem extraídas dos documentos: emissor e destinatário; resumo ou descritores do documento; data tópica e cronológica; número de páginas (caractere externo). A realização desse processo de descrição, que inicialmente concentrar-se-á no período referente à existência da Ação Integralista Brasileira – portanto, entre os anos de 1932 e 1938, totalizando 166 peças –,

permitirá que posteriormente a Instituição detentora da guarda, elabore um projeto de indexação das informações valendo-se de um vocabulário controlado e um programa informatizado.

A proposta de elaboração de um catálogo para a série “Correspondência” do Fundo Plínio Salgado, por um lado, contribui para que o Arquivo de Rio Claro, responsável por sua guarda, disponha de mais um instrumento de pesquisa que possibilite a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização das informações com maior eficiência e controle; e por outro, garante aos consulentes o conhecimento de um tipo de documento com elevado valor para as pesquisas realizadas em arquivos pessoais.

FUNDO PLÍNIO SALGADO – Série Correspondência

PASTA – 1937 (jan. – dez.)					
Ano	Dia/Mês	Emissor	Destinatário	Resumo	Nº. de folhas
1937	7 jan.	Chefe do Departamento de Propaganda Exterior da AIB (não nomeado)	Georges E. Vienot (Paris)	Propõe o estabelecimento de um contato regular entre as publicações da Ação Integralista Brasileira e alguns periódicos da imprensa francesa.	1
1937	3 fev.	Gerardo Mello Mourão (Chefe do Gabinete da AIB)	Carmem Padilla Ibáñez (Buenos Aires)	Propõe estabelecer uma troca permanente de correspondência entre a AIB e a <i>Legión Civica Argentina</i> , uma vez que a destinatária é representante desse movimento político e demonstra ser “antiga” conhecida do remetente. Solicita o endereço de outros partidos na Argentina, para que assim, possa também com eles manter contato.	1
1937	9 fev.	Georges E. Vienot (Paris)	AIB – Secretaria Nacional das Relações Exteriores	Resposta positiva à proposta de um contato regular entre a Ação Integralista Brasileira e a imprensa francesa.	1
1937	3 mar.	[Otto] (Florianópolis – AIB/SC)	Miguel Reale	Informa que já enviou o material outrora solicitado pelo destinatário, sobre os aspectos político, econômico e social da província de Santa Catarina. Ressalta que o movimento integralista na província de Santa Catarina, ganha força.	1
1937	3 abr.	Juan E. Carulla	Plínio Salgado	Solicita o envio do periódico “A Offensiva”,	1

		(Diretor do periódico “Bandera Argentina” – Buenos Aires)	(Rio de Janeiro)	porque compreende que as idéias expressas pelo movimento integralista brasileiro são próximas ao do movimento que se organiza na Argentina. Promete enviar periódicos referentes ao órgão que representa.	
1937	22 abr.	Gerardo Mello Mourão (Chefe do Gabinete da AIB/RJ)	Georges E. Vienot (Paris)	Solicita o envio de periódicos que possam contar detalhes sobre o contexto político da França, no momento em que lhe escreve.	1
1937	[?] abr.	Carmem Padilla Ibáñez (Buenos Aires)	Gerardo Mello Mourão (Chefe do Gabinete da AIB/RJ)	Responde positivamente à idéia de manter contato com o movimento integralista.	2
1937	18 jun.	Georges E. Vienot (Paris)	Gerardo Mello Mourão (Chefe do Gabinete da AIB/RJ)	Resposta à carta endereçada no dia 22/abr., destacando qual o contexto político francês narrado pela imprensa escrita.	8
1937	25 jun.	Clemente Maria da Silva Nigra (Capelão voluntário da AIB – Bahia)	Plínio Salgado (Rio de Janeiro)	Solicita o envio de duas bandeiras da AIB, para o Mosteiro de São Bento, pois entende que se trata de um lugar de grande apoio para o movimento. Comenta sobre as perseguições policiais, bem como a morte de integrantes do movimento.	2
1937	14 jul.	Gerardo Mello Mourão (Chefe do Gabinete da AIB/RJ)	Juan E. Carulla (Diretor do periódico “Bandera Argentina” – Buenos Aires)	Resposta à carta emitida no dia 3/abr., confirmando o envio das publicações integralistas, e aguardando o recebimento de exemplares da “Bandera Argentina”.	1
1937	17 jul.	Camacho (sobrenome) (Buenos Aires)	Antonio Galotti (Secretário das Relações Exteriores da AIB/RJ)	Conta como está sendo sua estada em Buenos Aires. Deixa claro em seu texto, que recebeu a missão de ir até a Argentina para conquistar adeptos ao movimento integralista.	4
1937	28 set.	Ferdinando Reyna-Carrara	Plínio Salgado	Solicita material da AIB, depois que afirma ter	1



14

	(Paris)	(Rio de Janeiro)	lido sobre o movimento em jornais franceses.	
--	---------	------------------	--	--

Referências

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a Própria Vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 201-207, 1998.
- _____. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivística de São Paulo, 2002.
- _____. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. **Arquivo: Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, n. 1, p. 21-24, 1988.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 121-127, 1998.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Introdução, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-46, 1997.
- LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 39-61.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. Notas sobre o anticomunismo integralista. In: DOTTA, Ricardo Alencar; POSSAS, Lídia M. V.; CAVALARI, Rosa M. F. (Org.). **Integralismo: novos estudos e reinterpretções**. Rio Claro: Arquivo Público do Município, 2004, p. 51-67.